

37^o Encontro Anual da ANPOCS - 2013

ST 32 TEORIA E PRÁTICA DAS RELAÇÕES SUL-SUL

De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura?

Dra. Beatriz Bissio

Professora do Departamento de Ciência Política

IFCS / UFRJ

RESUMO

A Conferência realizada em Bandung em 1955 constitui um marco na história das relações internacionais do século XX por ter consagrado a emergência do Movimento dos Países Não Alinhados e do Terceiro Mundo. Com a participação de 27 países asiáticos e africanos, a reunião representou simbolicamente o momento em que uma significativa parcela da Humanidade tomava consciência de seu papel e fazia ouvir a sua voz. É interessante assinalar, dados os objetivos do presente trabalho, que a Índia, representada pelo primeiro ministro Jawaharlal Nehru, e a China, representada primeiro ministro Chou En Lai, desempenharam um papel preponderante na reunião de Bandung, junto com o Egito, do presidente Gamal Abdel Nasser, e a Indonésia, do presidente Sukarno.

Formalmente, considera-se que o Movimento dos Países Não Alinhados foi fundado na Conferência de Belgrado, de 1961, da qual participaram 25 países - a China não esteve presente – já que os documentos oficiais (“Declaração sobre os perigos da Guerra e um apelo à Paz” e “Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados”) explicitavam os princípios da política de não alinhamento. O Brasil enviou observadores a esta conferência, onde a Índia teve, mais uma vez, um papel relevante.

O “espírito de Bandung” marcou o processo de descolonização e mostrou o caminho para a inserção internacional dos Não Alinhados, que explicitamente condenavam o racismo, o colonialismo e o imperialismo. Imbuído do ideal de criar um espaço próprio no mundo bipolar da época, esse conglomerado de nações levantava a bandeira da promoção da coexistência pacífica, complementada com a decisão de lutar pela implantação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e também de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), reivindicação incorporada pela UNESCO, que em 1977 criou uma comissão internacional para estudar os problemas da comunicação. Três anos depois, essa comissão produziu um documento — o Relatório MacBride (Sean MacBride era o presidente da comissão) — propondo mecanismos para equilibrar os fluxos de informação entre os países desenvolvidos e do Terceiro Mundo. Em direta relação com a proposta de uma mudança profunda nas regras de jogo da economia mundial estava a análise dos Não Alinhados de que a efetiva divisão do mundo não passava pela linha definida em função de ideologias, na lógica da Guerra Fria, mas pela

divisão alicerçada no desenvolvimento desigual e na capacidade objetiva de usufruir das próprias riquezas naturais. Ou seja, a divisão do mundo real não seria Leste-Oeste, mas Norte-Sul. Daí que para os Países Não Alinhados, a economia e as comunicações fossem dois setores estratégicos para se atingir a meta de maior envergadura: o desenvolvimento pleno desses países, necessário para erradicar definitivamente qualquer tipo de exploração e de dominação de suas populações. A solidariedade e a cooperação mútuas também foram definidas como alicerces fundamentais para a concretização desses objetivos.

A correlação de forças naquele momento histórico não favorecia esse tipo de alternativa e, em grande medida, os objetivos dos Não Alinhados se viram frustrados ou foram sendo progressivamente abandonados, com a conseqüente perda de protagonismo e de peso político do Movimento no cenário internacional.

Nas primeiras décadas do século XXI, num mundo marcado pela globalização, e portanto, bem diferente daquele das décadas de 50 a 90 do século passado, alguns dos países que faziam parte do Terceiro Mundo obtiveram um desenvolvimento relativo maior que os seus vizinhos e passaram a ser identificados como líderes das regiões em que estão imersos. Chamados de “emergentes”, eles começaram a suscitar o interesse de analistas internacionais que neles detectaram um potencial de crescimento que, em função de determinados indicadores, os projetava como futuras potências regionais médias. Entre os analistas que trabalhavam com essas premissas estava o economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, que em 2001 publicou um artigo intitulado “Building Better Global Economic - BRICs, lançando a expressão que viria a designar uma iniciativa que só veio a ser concretizada em setembro de 2006, quando os chanceleres do Brasil, da Rússia, da Índia e da China se reuniram, no marco da 61ª Assembleia Geral da ONU, definindo uma agenda própria a ser desenvolvida nos anos seguintes. Em 2011 a África do Sul se incorporou formalmente e esse mecanismo de concertação tornou-se o BRICS (com "s" maiúsculo ao final, agora representando o quinto integrante do grupo).

Os avanços surgidos em cada reunião – atualmente de nível presidencial – fazem com que o processo inicial de diálogo, concertação e cooperação em setores específicos, mantido por muito tempo com grande informalidade, progressivamente esteja caminhando rumo a sua institucionalização. A III Cúpula dos BRICS, realizada na China, em 2011, ampliou o debate ao interior do grupo, incluindo novos temas, em particular os

econômico-financeiros, e ratificou a vontade política de levar adiante projetos conjuntos específicos, priorizando setores estratégicos como agricultura, energia, ciência e tecnologia, demonstrando que a identidade do grupo avança mais está ainda em construção. À medida que os cinco países intensificam sua interação, as potencialidades e o perfil do grupo vão sendo melhor definidos.

O presente trabalho se propõe a analisar as características dos dois projetos de concertação, o dos Não Alinhados, no século XX e o dos BRICS, no século XXI, buscando identificar os pontos de convergência entre eles e também as suas especificidades, com o objetivo de responder a pergunta de se é possível falar em algum tipo de continuidade e identidade entre as duas experiências.

De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura?

Durante a Guerra Fria, o Movimento dos Países Não-Alinhados buscou criar alternativas à bipolaridade característica da época, para constituir-se numa “terceira força” na política mundial. Mas fracassou. A correlação de forças naquele momento histórico não era favorável a esse tipo de alternativa e os países membros do movimento não tinham nem a unidade, nem a força militar, nem a suficiente independência real em relação aos blocos como as requeridas para o sucesso da empreitada.

No século XXI, superada a Guerra Fria, o mundo globalizado oferece um cenário em que os Estados Unidos mantêm a liderança no terreno diplomático e militar, mas há uma acentuada tendência ao deslocamento da hegemonia econômica para o Oriente, além de despontarem potências médias com liderança regional que procuram alinhar alianças de alcance internacional. Este mundo, marcado pela globalização, é bem diferente daquele das décadas de 50 a 90 do século passado; alguns dos países que faziam parte do Terceiro Mundo obtiveram um desenvolvimento relativo maior que os seus vizinhos e passaram a ser identificados como líderes das regiões em que estão imersos. Chamados de “emergentes”, eles começaram a suscitar o interesse de analistas internacionais que neles detectaram um potencial de crescimento que, em função de determinados indicadores, os projetava como futuras potências regionais médias. Entre os analistas que trabalhavam com essas premissas estava o economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, que em 2001 publicou um artigo intitulado “Building Better Global Economic - BRICs, lançando a expressão que viria a designar uma iniciativa que só veio a ser concretizada em setembro de 2006, quando os chanceleres do Brasil, da Rússia, da Índia e da China se reuniram, no marco da 61ª Assembleia Geral da ONU, definindo uma agenda própria a ser desenvolvida nos anos seguintes. Em 2011 a África do Sul se incorporou formalmente e esse mecanismo de concertação tornou-se o BRICS (com "s" maiúsculo ao final, agora representando o quinto integrante do grupo). Atualmente os BRICS representam 45% da população do planeta e 21% da sua riqueza. Cifras eloquentes da nova realidade econômica mundial que, apesar disso, não se traduziu numa nova arquitetura institucional a nível global. As potências emergentes não encontram um espaço apropriado nem de diálogo nem de negociação nas estruturas criadas no fim da II

Guerra Mundial. Por isso, procuram - e também passam a exigir – uma inserção que seja condizente com o seu peso específico.

As prioridades

O elemento mais significativo da atuação das potências emergentes no atual cenário mundial – seja a través dos BRICS, do Fórum IBAS ou das alianças regionais como o Mercosul e a SADC – é a ênfase que todas colocam na cooperação e no fortalecimento mútuos (a “cooperação Sul-Sul”) e na negociação e no diálogo como ferramenta para dirimir conflitos e para a promoção do desenvolvimento e da paz no cenário internacional.

O Fórum IBAS, por exemplo, é uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, e tem como meta fundamental a promoção da cooperação Sul-Sul, mas também dentro do possível, e respeitadas as especificidades regionais em que está inserida cada uma dessas potências médias, procura definir posições comuns em assuntos da agenda internacional.

Em relação aos BRICS, ainda menos institucionalizado do que o Fórum IBAS, o site do Itamaraty afirma que

Em 2006, o conceito (formulado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICS*”) deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25%.

E em relação aos objetivos do agrupamento BRICS, o site do Ministério das relações Exteriores do Brasil afirma o seguinte:

Em síntese, o BRICS abre para seus cinco membros espaço para (a) diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) ampliação de contatos e cooperação em setores específicos.

Constata-se que a principal coincidência de pontos de vista ou de definição de objetivos, mesmo que não apareça explicitada em nenhum dos dois casos – nem em relação às metas do Fórum IBAS, nem do agrupamento BRICS - é uma leitura coincidente, entre todos esses países, sobre a sua posição e o seu papel no cenário mundial. Está implícita nessas alianças uma necessidade de fortalecimento mútuo perante os atores globais mais poderosos deste momento histórico; em maior ou menor grau, eles são tidos como os principais responsáveis pela situação periférica, dependente e, até bem pouco tempo atrás, subdesenvolvida dessas nações e de seus entornos.

Essa postura parece recolher os ecos da atuação dos países da periferia, então chamados de Terceiro Mundo (sem a carga depreciativa que a denominação veio a receber mais tarde), nas últimas décadas do século XX. Portanto, é importante revisitar as circunstâncias históricas e as premissas da atuação internacional desse conglomerado de países, para avaliar até que ponto pode-se estabelecer algum tipo de vinculação ou semelhança entre os dois momentos históricos e esses dois atores, as potências emergentes de hoje, os países do terceiro Mundo de ontem.

Começamos por lembrar que, nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, fizeram-se sentir com força as consequências do chamado “processo de descolonização”. Num cenário de Guerra Fria entre as duas superpotências, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os países periféricos se esforçavam por estruturar-se como uma força com personalidade própria, independente dos dois blocos, mesmo quando muitos deles mantinham um alto grau de dependência de uma ou da outra superpotência – no plano econômico ou político, tecnológico, militar, ou em todos eles ao mesmo tempo.

O ponto de partida desse movimento pode ser situado na Conferência de Bandung (na Indonésia), realizada entre 18 e 24 de abril de 1955. Tendo contado com a presença de 23 países asiáticos e seis africanos, essa conferência tinha entre os principais pontos de sua agenda a meta de estruturar uma força política do Terceiro Mundo capaz de promover a cooperação política, econômica e cultural. Essa aliança era vista como estratégica para que, somando esforços, trabalhando em conjunto, esse conglomerado de nações pudesse

superar o trágico legado do longo período colonial, que perdurava através de diversas, e por vezes sutis, formas de neocolonialismo. A convocatória e a própria idealização da Conferência coubera a dois dos mais importantes líderes das nações asiáticas que pouco antes tinham conquistado a independência, Jawaharlal Nehru, da Índia, e Ahmed Sukarno, da Indonésia, com apoio dos dirigentes de Paquistão, Birmânia e Sri Lanka (ex Ceilão), e contou com a significativa presença de Chu En-Lai, da China Popular e de Gamal Abdel Nasser, do Egito, entre outros dirigentes da África e da Ásia.

A Declaração Final, obtida através de consenso, constava de dez princípios, que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados pelo movimento que se estruturou a partir das linhas mestres traçadas em Bandung, o Movimento dos Países Não Alinhados. Eis os Dez Princípios de Bandung:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, de acordo com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas;
- 4) **Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos demais países;**
- 5) Respeito do direito de toda nação a defender-se individual ou coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas;
- 6) Rejeição do recurso aos acordos de defesa coletiva destinados a servir os interesses particulares das Grandes Potencias, sejam quais sejam elas;
- 7) Abstenção de atos ou de ameaças de agressão ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Solução de todos os conflitos por **meios pacíficos**, tais como a negociação ou a conciliação, a arbitragem, ou o recurso perante os tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam adotar os países interessados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas;
- 9) Fomento dos interesses mútuos e da cooperação;
- 10) Respeito da justiça e das obrigações internacionais.

Esses *Dez Princípios* e o conteúdo geral do Comunicado Final não só esboçavam um plano de ação diplomática como deixavam clara a vontade dos países afro-asiáticos de

fazer ouvir a sua voz, uma vez superado o colonialismo, numa sociedade internacional dominada pela Guerra Fria. E fazer ouvir a voz com definições nítidas em favor da **negociação** e da saída diplomática nos conflitos – numa condenação a-priori do uso da força pelas potências que sempre tiveram tradição intervencionista. Na feliz expressão de Odette Guitard, em Bandung tinha se consumado “o despertar dos povos colonizados” (MESA, 1993). O líder e poeta senegalês, Léopold Senghor, um dos impulsionadores da “negritude” e lutador pela independência do continente africano, diria anos mais tarde: “Bandung é a expressão, a escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. É a morte do complexo de inferioridade”. (GUITARD, 1962) Além desse passo importante na direção de uma agenda própria, a principal conquista política da Conferência de Bandung foi o fato de apresentar uma nova forma de compreensão do momento histórico, rejeitando a divisão de cunho ideológico proposta pelas superpotências e apresentando, como alternativa, o conceito de confronto Norte-Sul. Ou seja, a divisão do mundo que importava ressaltar era aquela que separava os países ricos e industrializados e dos países pobres, subdesenvolvidos, exportadores de commodities.

Seis anos depois da Conferência de Bandung, foi fundado o Movimento de Países Não Alinhados, com uma abrangência geográfica mais ampla, já que novos países tinham conquistado a independência nesse período. Os antecedentes da fundação desse movimento estavam nas articulações e negociações desenvolvidas por alguns dos mais importantes líderes dos processos em curso na Ásia e na África, entre os quais se sobressaíram Gamal Abdel Nasser, do Egito, e Jawaharlal Nehru, da Índia. Mas a eles se unira um terceiro líder, que apesar de pertencer ao continente europeu, estava identificado com todos os postulados levantados em Bandung: Josip Broz Tito, da Iugoslávia. Em 1956, na ilha de Brioni (na altura, território iugoslavo, hoje parte da Croácia), os três chefes de Estado consolidaram os princípios e as propostas que conduziriam à formação de um bloco entre todas aquelas nações. Essas propostas podiam resumir-se a um ambicioso objetivo central: a adoção de uma posição de independência em relação aos dois blocos, capitalista e socialista.

Em 1960, durante a realização da XV Assembleia Geral da ONU, 17 países da Ásia e da África, que tinham conquistado a independência, foram admitidos como membros. Surgia uma nova correlação de forças no seio do mais importante organismo mundial, alterando qualitativamente o cenário mundial, em favor dos países subdesenvolvidos. O

Movimento Não Alinhado foi fundado numa Conferência de Cúpula de chefes de Estado, realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), de 1 a 6 de setembro de 1961. Dos 28 países participantes (25 membros e três observadores), só um representava a América Latina como membro pleno, Cuba, cuja Revolução triunfara dois anos antes. Seguindo o caminho traçado em Bandung, a Conferência de Belgrado mostrou desde o primeiro momento a disposição de formular posições independentes, refletindo os interesses dos países do Terceiro Mundo.

A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao *apartheid*, a luta contra o imperialismo em todas suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento Não Alinhado desde a sua fundação. O avanço das lutas de libertação no continente africano fortaleceu o movimento, que dois anos depois de fundado passou a contar com a forte adesão ao não alinhamento da Organização da Unidade Africana (OUA), fundada em maio de 1963 por 31 países africanos independentes.

A II Conferência de Cúpula dos Não Alinhados foi realizada no Cairo, de 5 a 10 de Outubro de 1964, num momento em que o movimento estava no auge, contando já com 47 países membros plenos, dez observadores e 30 representantes de Comitês de Libertação, daqueles países que ainda não tinham conquistado a sua independência. A proposta para assegurar “*a paz e a colaboração internacionais*” foi um dos pontos altos do evento, que reiterou o apoio à luta contra o colonialismo, o racismo e o *apartheid*. Nos anos seguintes, o Movimento Não Alinhado foi submetido a duras provas. A perspectiva de uma conflagração nuclear, caso houvesse um confronto direto entre Estados Unidos e a União Soviética, fez com que as tensões entre as superpotências se deslocassem para os países da periferia, a maioria deles, membros do movimento. Ao contrário do que o senso comum leva a crer e ao contrário do que foi afirmado por alguns pesquisadores, a Guerra Fria não teve como cenário principal o continente europeu e som os países do Terceiro Mundo.

A guerra de Vietnã e as várias guerras árabe-israelenses são exemplos representativos desse novo cenário, assim como também podem ser contabilizadas entre as consequências desse deslocamento a sangrenta derrocada de Sukarno, na Indonésia, pelo general Suharto, que custou a vida de quase um milhão de pessoas, e o golpe de estado no Irã que colocou no poder, com apoio da CIA, o xá Muhammad Reza Pahlavi, depois

da destituição do primeiro ministro nacionalista Muhammad Mossadegh, que ousara nacionalizar o petróleo.

Na reunião do Cairo foram definidas recomendações econômicas, aconselhando os estados membros a procurar caminhos próprios para o desenvolvimento, e já se falava da necessidade de uma mudança na economia mundial para se atingir o que se começou a chamar de "uma nova e justa ordem econômica".

As circunstâncias no Oriente Médio, com a Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a crise na Indochina, entre outros, determinaram que entre a Conferência de Cúpula do Cairo e a seguinte se passassem seis anos. (As reuniões de nível de chefes de Estado do Movimento costumam ser realizadas, até hoje, de três em três anos). Nesse intervalo houve três reuniões, uma em outubro de 1966, em Nova Délhi, Índia, entre os presidentes da República Árabe Unida, Gamal Abdel Nasser, da Iugoslávia, Josip Broz Tito, e a primeira ministra da Índia, Indira Gandhi, chamada por isso de "Conferência Tripartite". A outra foi realizada em Belgrado (de 8 a 12 de julho de 1969), com caráter consultivo. Participaram representantes dos governos dos Países Não Alinhados - 44 países membros e sete observadores-, e nela voltam a ser afirmados os princípios do não alinhamento, exigiu-se a retirada de todas as forças estrangeiras do Vietnã, houve um apoio explícito "ao povo árabe da Palestina", e foi formulada a exigência da "retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois da guerra de junho de 1967". Também foi defendido o direito da República Popular China a ingressar na ONU. No plano econômico, houve uma referência clara à necessidade de se adotarem medidas "que possibilitem um maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos e ao financiamento ao desenvolvimento".

A Terceira Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados reuniu-se em Lusaka, Zâmbia, de 8 a 10 de setembro de 1970, com participação de 54 membros plenos. No fim do evento foi aprovada a "Declaração de Lusaka sobre Paz, Independência, Desenvolvimento, Cooperação e Democratização das Relações Internacionais". Esse documento e também a "Declaração de Lusaka sobre Não Alinhamento e Progresso Econômico" mostravam que nessa reunião os temas econômicos passavam a um primeiro plano, fato que diferenciava esse encontro dos anteriores. A partir de Lusaka, os debates do Movimento dos Países Não Alinhados terão dois focos: um político e outro, econômico.

Na declaração que aborda os temas econômicos, se afirma que "a brecha econômica entre os países pobres e os países desenvolvidos tem se aprofundado" e que "devem ser intensificados os esforços para concretizar urgentemente mudanças estruturais na economia mundial". Amadurecidos por uma experiência de mais de uma década, desde Bandung, os chefes de Estado começavam a mostrar a sua compreensão de que os fatores econômicos eram determinantes para que os Países Não Alinhados pudessem atingir os seus objetivos.

A IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados (realizada entre 5 e 9 de setembro de 1973, em Argel) é considerada como uma das de maior significado entre todas as realizadas, por vários motivos, entre eles pelo grande comparecimento (75 países membros de pleno direito – a Argentina e o Peru participaram pela primeira vez-, 8 países observadores, 3 convidados -Áustria, Finlândia e Suécia- e 12 movimentos de libertação, entre eles o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a Organização Popular da África Sul-ocidental (SWAPO, da Namíbia) e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Mas também foi particularmente importante em função dos temas tratados. A declaração final aponta para uma deterioração, desde 1970, da situação internacional, caracterizada por "um fortalecimento das correntes pacifistas no mundo desenvolvido e por tensões nas áreas periféricas, em função da deterioração das condições econômicas nos países subdesenvolvidos".

Na IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados ouve uma aproximação explícita entre as posições tradicionais do Não Alinhamento e as do campo socialista; Cuba teria sido a responsável pelas articulações que conduziram o Movimento a adotar uma postura nova em relação ao bloco socialista. De fato, Fidel Castro, no seu discurso, defendeu essa posição que foi recolhida no documento aprovado em Argel, o Programa de Ação para a Cooperação Econômica. Nele se afirma que "os Países Não Alinhados impulsionarão a cooperação científica e técnica com os países socialistas, em particular mediante a assinatura de convênios intergovernamentais, e através da criação, se necessário, de organismos mistos."

O documento aprovado na IV Conferência de Cúpula se debruça, também, na análise do cenário internacional. Entre "as principais causas da desigualdade, que aumenta de forma permanente e aflige o mundo subdesenvolvido", a declaração cita "vários métodos de

dominação econômica e de exploração neocolonialista". E cita interesses das potências coloniais como responsáveis pela desigualdade, já que eles "continuam no controle dos recursos (naturais), apesar do sucesso alcançado no terreno da independência e da soberania política". O documento também denuncia "a atividade das companhias transnacionais e a sua função monopolista nos planos comercial, financeiro e industrial". Esse cenário exige, segundo os Não Alinhados, a elaboração de políticas que conduzam ao "estabelecimento de um novo tipo de relações econômicas internacionais".

A Conferência de Argel também fez uma análise da incidência do fluxo informativo internacional na persistência da situação de subdesenvolvimento desse conglomerado de nações. A concentração dos grandes meios de comunicação e as desigualdades sociais e tecnológicas entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido também foram criticadas. O tema da necessidade de uma democratização do fluxo informativo a nível mundial já constava na declaração final de Argel, onde o tema tinha sido debatido. Mas, a ideia de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) também chamada Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), como um complemento indispensável para o surgimento da "Nova Ordem Econômica Internacional" (NOEI) foi aprofundada em 1976, quando se realizou em Colombo, capital de Sri Lanka, a V Conferência dos Países Não Alinhados. Foi tal o impacto desse debate e das propostas dele surgidas, que a Nova Ordem Econômica Internacional e a Nova Ordem Informativa Internacional, foram incorporadas, em 1978, aos programas da UNESCO (sigla inglesa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e da Assembleia da ONU. (MATTELART, 2001).

Esse primeiro passo da UNESCO foi complementado, posteriormente, com a designação de uma Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean McBride, fundador da Anistia Internacional, prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz. Essa Comissão estava formada por 16 integrantes, de todos os continentes, mas com uma expressiva maioria de representantes do Terceiro Mundo, entre eles dois latino-americanos, o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez e o diplomata chileno Juan Somavia. O resultado do árduo trabalho da Comissão foi um documento intitulado "Um Mundo e Muitas Vozes", mais conhecido como Relatório McBride, publicado pela UNESCO em 1980. (Existe uma versão em português, publicada em 1983 pela Fundação Getúlio Vargas.)

O professor Laércio Torres de Góes (Gjol/UFBA) afirma, em artigo publicado em 2010, dedicado aos 30 anos do relatório que nele “constatou-se que o fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte/Sul e Oeste/Leste – explicitando a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia”. E assinala ainda que foi a primeira vez que um documento, legitimado por uma instituição das Nações Unidas, dava visibilidade aos desequilíbrios no campo da comunicação e propunha algumas soluções. “Foi a primeira visão estrutural crítica sobre a ordem cultural e comunicacional”, conclui.

De forma correta, o documento mostrava que as agências de notícias eram responsáveis pelos desequilíbrios na comunicação entre os países do Norte e a periferia, e que quatro agências de notícias concentram a maior parte do fluxo informativo mundial: a francesa France Presse (AFP), a britânica Reuters, e norte-americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI). Demais está dizer que a ousadia de colocar as poderosas agências de notícias, estreitamente vinculadas aos grandes capitais financeiros internacionais, como “vilãs” da comunicação, suscitou fortes ataques de parte da mídia dos países capitalistas ocidentais – ataques dos quais se fizeram eco muitos dos mais importantes jornais comerciais dos países do Terceiro Mundo. Essa interpretação foi qualificada de tendenciosa e de “ameaça” à liberdade de imprensa e ao livre fluxo informativo. (MATTELART, 2001).

O Relatório McBride definiu onze princípios, considerados fundamentais para a consolidação de uma Nova Ordem Informativa Internacional:

1. Fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação vigente;
2. Eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e da excessiva concentração de poder;
3. Remoção dos obstáculos internos e externos para o livre fluxo e a mais ampla e equilibrada disseminação das informações e ideias;
4. Pluralidade de fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e de informação;
5. Liberdade para os jornalistas e para todos os profissionais dos meios de comunicação;
6. Liberdade inseparável da responsabilidade;

7. Preparação dos países em desenvolvimento para que possam melhorar a informação em suas próprias nações, sobretudo no que diz respeito à aquisição de equipamentos próprios;
8. Capacitação de pessoal, recuperação da infraestrutura, além de tornarem os meios de informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades;
9. Compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudar os demais a alcançar esses objetivos;
10. Respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre seus interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais;
11. Respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça, benefícios mútuos e respeito aos direitos da coletividade, assim como dos grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar ativamente dos fluxos de comunicação.

Lembremos que nos anos 80 ditavam as regras do capitalismo mundial Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha; os dois dirigentes ficaram ligados, estreitamente, à imposição do modelo neoliberal e a uma atitude intransigente em relação à proposta que ficou conhecida como TINA – “*there is no alternative*”! Não é de se estranhar que, em função disso, os dois chefes de governo tenham reagido com violência ao Relatório McBride, determinando que os seus países se retirassem da UNESCO. Sem apoio de dois dos seus mais importantes financiadores, a agência da ONU não só ficou sem condições de levar adiante as resoluções da Comissão presidida por Sean McBride, como entrou em um longo período de ostracismo, em função da penúria econômica em que se viu imersa.

Passados mais de 30 anos do diagnóstico realizado pela Comissão de especialistas, muitas das suas formulações continuam vigentes. Há pesquisadores, jornalistas e acadêmicos que consideram que as perspectivas abertas pelas modernas tecnologias da comunicação abrem a possibilidade de reavaliar e de atualizar o documento. (MASMOUDI, 2005). É interessante sublinhar que a última reunião dos Países Não Alinhados, realizada em Teerã em fins de agosto do ano passado, retomou o tema e

definiu o propósito de revigorar a agência de notícias do Movimento dos Países Não Alinhados.

Algumas conclusões preliminares

Como se depreende da sucinta análise que acabamos de fazer sobre a trajetória do Movimento dos Países Não-Alinhados, durante a Guerra Fria, esse conglomerado de nações buscou criar alternativas à bipolaridade característica da época, para constituir-se numa “terceira força” na política mundial capaz de impulsionar a diplomacia e a negociação nos conflitos internacionais em oposição ao uso da força militar e capaz de impulsionar o desenvolvimento e a autonomia política para as nações que saíam da experiência colonial, através de novas regras na economia mundial e no fluxo informativo internacional.

Mas, objetivamente, o Movimento dos Países Não-Alinhados fracassou em praticamente todas as metas que tinha traçado. Há boas razões para isso: de um lado, a correlação de forças naquele momento histórico não era favorável a esse tipo de alternativa. E, de outro, os países membros do movimento não tinham unidade suficiente, nem força militar, nem a necessária independência real em relação aos blocos como as requeridas para o sucesso da empreitada.

No século XXI, superada a Guerra Fria, o mundo globalizado oferece um cenário bem diferente. Os Estados Unidos mantêm a liderança no terreno diplomático e militar, mas há uma acentuada tendência ao deslocamento da hegemonia econômica e da inovação tecnológica para o Oriente, além de despontarem potências médias com liderança regional que procuram alinhar alianças de alcance internacional.

Esse cenário parece favorecer o surgimento de iniciativas como as que estão sendo promovidas pelo Fórum Ibas e pelos Brics, demonstrando o potencial das alianças entre potências regionais médias, não somente no terreno econômico, mas também em áreas muito significativas para o desenvolvimento como a saúde, a educação, a agricultura, sem falarmos da cooperação na área da segurança e da Defesa.

Mas, vejamos a seguinte constatação: Os integrantes do Fórum Ibas e, com nuances, também os membros do grupo Brics, aparecem ao longo das décadas posteriores à

Segunda Guerra Mundial com fortes vínculos – quando não com um protagonismo de primeira linha no Movimento de Países Não Alinhados.

Aliás, dos integrantes do Ibas, somente o Brasil teve um estatuto de observador no movimento. A Índia foi um dos principais artífices do próprio conceito de Não Alinhamento e teve uma atuação fundamental nas articulações e no desenvolvimento do “terceiro-mundismo”; e o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), que hoje governa a África do Sul, foi um dos movimentos de libertação da África com mais intensa presença e atuação nesse conglomerado de nações.

Em relação aos BRICS vale uma reflexão semelhante: a China esteve presente em Bandung - foi representada nada menos que por uma figura do quilate de Chu En-Lai -, e acompanhou de perto toda a evolução do Movimento dos Não Alinhados, com participação direta, através de apoio logístico e econômico e de treinamento militar, no apoio a muitos dos movimentos de libertação asiáticos e africanos. O mesmo cabe dizer em relação à atuação da então União Soviética: em setembro de 1920, a jovem revolução dos *soviets* convocou os militantes dos povos colonizados a um Congresso em Baku, hoje Azerbaijão. Era o Congresso dos Povos do Oriente, que veio a ter muita repercussão na história posterior do movimento comunista mundial. Por primeira vez tentava-se reunir representantes dos povos explorados e oprimidos da Ásia e da África, que faziam parte do mundo colonial e semicolonial, para discutir estratégias e formas de luta comuns. A meta era a unidade de esforços em prol da libertação, já que o colonialismo era definido pelos soviéticos como uma forma de imperialismo. A partir desse Congresso, a URSS passou a estar presente, sob variadas formas, no apoio às lutas independentistas dos países do chamado Terceiro Mundo.

A análise desses momentos marcantes da história do século XX nos mostram que as potências regionais que estão emergindo, nestas primeiras décadas do século XXI, têm antecedentes de atuação comum em prol de alguns ideais que continuam vigentes, apesar das profundas transformações do cenário internacional das últimas décadas.

Mas essas potências médias do Sul Global encontram neste começo do século XXI algumas condições internacionais que parecem habilitá-las a promover com sucesso acordos de diversa índole e a levar adiante iniciativas diplomáticas como as que o

Movimento dos Países Não-Alinhados aspirou, na segunda metade do século passado a viabilizar sem, no entanto, ter podido viabilizar os seus objetivos mais ambiciosos.

BIBLIOGRAFIA

ALI, Tarik. *Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002

AMORIM, Celso. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013

CASTELLS, M. Internet e Sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (org). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4. ed. Porto Alegre : Ed. Universidade /UFRGS, 2002.

GUITARD, Odette. *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: EUDEBA, 1962.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEE, Christopher J. *Making a World after Empire. The Bandung Movement and its political alternatives*. Athens: Ohio University Press, 2011

MARTÍNEZ CARRERAS, J.U. *Historia de la descolonización 1919-1986. Las independencias de Asia y África*. Madrid: Editoriales Istmo, 1987.

MASMOUDI, Mustapha. Rehabilitación de la Comisión MacBride: 25 años después. In: *XXV Aniversario del Informe MacBride: Comunicación internacional y políticas de comunicación*. Cuadernos del CAC, n. 21, enero-abr. 2005. Disponível em: http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/esp/articles_det.asp?id_content=1&id_article=3.

MATTELART, Armand. *Comunicação-Mundo. História das ideias e das estratégias*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Mundialização, cultura e diversidade*. Revista Famecos, Porto Alegre, n.31, dez.2006.

MATTELART, Armand. Una nueva lectura del Informe MacBride. In: XXV Aniversario del Informe MacBride: Comunicación internacional y políticas de comunicación. Cuadernos del CAC, n. 21, enero-abr. 2005. Disponível em: http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/esp/articles_m_det.asp?id_content=27&id_article=15

MELO, José Marques. *A participação latino-americana nas teses sobre a democratização da comunicação: revisitando MacBride e a NOMIC*. Eptic, v. VII, n.6, set-dez. 2005.

_____. *MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação*. Logos 28: Globalização e comunicação internacional. Ano 15, jan-jun. 2008.

MESA, Roberto, *La Conferencia de Bandung*. Madrid: Cuadernos del Mundo Actual, 26, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano – da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POERNER, Arthur José. *A ONU chega à idade da razão*. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 83, out. 1985.

POMAR, Wladimir V. T. *A revolução chinesa*. São Paulo: Unesp, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão, **FERREIRA**, Jorge e **ZENHA**, Celeste (orgs.), *O Século XX – O tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2002.

SEE Seng Tang. *Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-african Conference for International Order*. Acharya, 2008

SIMON, David. *Fifty Key Thinkers on Development*. London and New York: Routledge. 2001

SINGHAM, A. W., and Shirley Hune. 1986. *Non-alignment in an Age of Alignments*. New York: Lawrence Hill, 1986.

UNESCO. *Um mundo de muitas vozes (Relatório McBride)*. Rio de Janeiro: FGV, 1983

VIZENTINI, Paulo, “A Guerra Fria”, IN: *O Século XX, Tempo de crises*, REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste, (Orgs.) *O Século XX, Tempo de crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.